



A VIGÍLIA DA CAPELA DO RATO (1972)

Cinco textos escritos por Nuno Teotónio Pereira

Passam agora 50 anos que se realizou a vigília da Capela do Rato, acontecimento ao qual foi dado relevo no quadro das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril.

Os primeiros aniversários “redondos” anteriores (1982, 1992) foram ocasiões em que Nuno Teotónio Pereira lembrou, e refletiu, sobre o significado desta iniciativa na qual esteve envolvido desde o início.

Encontrámos na sua produção bibliográfica, que deixou perfeitamente organizada no seu arquivo pessoal, cinco textos sobre a vigília da Capela do Rato. Dois deles, os mais longos e reflexivos, inéditos, ao que sabemos.

Em “**Reflexões sobre a ocupação da Capela do Rato**” (1982), que será publicado pela revista “Reflexão Cristã” no início de 2023, ele procura responder à questão “Porque se fez a ocupação da Capela do Rato quando já iam decorridos 12 anos de guerra colonial? Porquê tudo tão tarde?”.

Dez anos depois, ao escrever sobre “**O longo caminho até à Capela do Rato**” (1992) pretende demonstrar como “A ocupação da capela do Rato não foi um acontecimento isolado: só foi possível porque se inseriu num processo de tomada de consciência cada vez mais alargado e que foi promovendo iniciativas e encontrando formas organizativas adaptadas às circunstâncias e às capacidades do movimento que entretanto se ia desenvolvendo e ramificando.”

O terceiro texto, “**Capela do Rato: a rebelião católica**” (1992) é uma síntese que fez parte da sua colaboração regular no jornal Público, durante vários anos.

Os dois últimos, “**Vigília da Capela do Rato**” (1996) e “**Capela do Rato, vigília da**” (1999) são entradas em dois dicionários sobre a História recente do país, e por isso a sua apresentação gráfica é tão compacta, e também mais curta.

Há, evidentemente, informação repetida nos vários escritos. Mas em cada um se encontram ângulos diferentes, tanto em termos factuais, como reflexivos. Cremos que constituem, no seu conjunto, uma contribuição para o nosso conhecimento coletivo.

Luísa, Miguel e Helena Teotónio Pereira, Alice Cruz e Tiago Teotónio Pereira
Dezembro de 2022

REFLEXÕES SOBRE A OCUPAÇÃO DA CAPELA DO RATO

PEREIRA, Nuno Teotónio. “Reflexões sobre a ocupação da Capela do Rato”. Original dactilografado, dez. 1982, 4 p. Revista *Reflexão Cristã*, nº 56, 2023 (no prelo)

1. A ocupação da Capela do Rato como manifestação de cristãos contra a Guerra Colonial vem na sequência de uma longa marcha dos católicos portugueses face à ditadura salazarista (ou de alguns católicos, como sustentaram, não sem uma certa razão, os deputados Tenreiro e Casal Ribeiro durante o debate que a Assembleia fascista foi obrigada a fazer acerca da Capela do Rato). As raízes dessa longa marcha remontam aos primeiros anos quarenta, quando um pequeno número de jovens cristãos amigos de António Sérgio publicava os Cadernos Metanoia, nos quais eram divulgados os ideais franciscanos e o estilo de vida das comunidades cristãs primitivas. Isto enquanto o padre Joaquim Alves Correia era obrigado a partir para o exílio, donde não mais voltaria, com o conivente silêncio dos seus superiores eclesiásticos.

Foi preciso que chegassem as primeiras “eleições” a que a oposição foi autorizada a concorrer – mercê da derrota fascista na II Grande Guerra – para que viesse a público uma tomada de posição inédita e insólita: a do Dr. José Vieira da Luz que, em entrevista ao Diário de Lisboa, se declarava simultaneamente católico e democrata. Estava-se em 1945, isto é, 19 anos após a instauração de uma ditadura implacável.

Pois foram precisos ainda mais 13 anos para que surgissem – como reflexo da viragem provocada pela campanha de Humberto Delgado – os primeiros abaixo-assinados de católicos pondo em causa o regime. Foi aliás este mesmo contexto que provocou a carta do Bispo do Porto a Salazar, numa atitude que o levou ao exílio e que nenhuma solidariedade encontrou da parte dos seus colegas na hierarquia (a ponto de por eles ter sido marginalizado durante a celebração do Concílio Vaticano II).

Este facto e aquele espaço de tempo mostram como Igreja e Ditadura eram unha-com-carne: foram assim necessários nada menos de 32 anos de supressão das liberdades, de censura total, de partido único, de deportações e torturas, para que um punhado de fiéis, meia dúzia de padres e um bispo, iniciassem – e timidamente – a contestação da ditadura.

É assim que a partir de Humberto Delgado (1958), este movimento vai ganhando lentamente adesões, ao mesmo tempo que a participação de católicos em acções contra o salazarismo se radicaliza e diversifica, ultrapassando-se finalmente a fórmula do abaixo-assinado: revoltas da Sé e de Beja, cooperativas Pragma e Confronto, publicação clandestina do “*Direito à Informação*” (1963/69) e do jornal “*Igreja Presente*” (1964), furando a censura do governo e a auto-censura da Igreja. Entre outros, padres como Abel Varzim, Adriano Botelho e Costa Pio, perseguidos pela PIDE, marginalizados e até exilados pela hierarquia, não podem ser esquecidos nesta fase.

Mas foi ainda preciso o eclodir da guerra colonial, com a prisão de padres patriotas angolanos e as acções de genocídio contra as populações, foi ainda preciso João XXIII e a sua “*Pacem in Terris*”, foi preciso o fortalecimento das lutas de estudantes, operários e intelectuais para que o combate contra o colonial-fascismo ganhasse novas camadas de cristãos. Tornava-se assim mais difícil manter completamente obediente e calado o rebanho, perante as cada vez mais gritantes contradições entre a doutrina apregoada e a prática política concreta dos hierarcas da Igreja, de aliança clara ou mal disfarçada com o regime.

É neste contexto que surgem as tomadas de posição de um agora já numeroso grupo de cristãos nas eleições de 1965, de missionários em Moçambique a partir deste mesmo ano e do prior de Belém, padre Felicidade, em 1968/69, a ocupação da igreja de S. Domingos na noite de 31 de Dezembro de 1968 para o 1º de Janeiro de 1969, a acção desassomburada do padre Mário de Oliveira (1970/74), a divulgação sistemática de publicações clandestinas anti-colonialistas (1971/73).

2. A resistência de alguns setores minoritários da Igreja ao regime, e sobretudo ao prosseguimento da guerra colonial, já vinha assim de há uns anos. Mas a ocupação da Capela do Rato significou uma viragem nessa luta, provocando uma alteração qualitativa. Em primeiro lugar, pela adopção de uma forma de luta aberta, na linha da resistência passiva. Em segundo lugar com a inclusão de acções de agitação preparadas clandestinamente, mediante a colaboração das Brigadas Revolucionárias. Em terceiro lugar, com a abertura do debate na capela expressamente a cristãos e não cristãos, dada a dimensão nacional dos problemas em causa. Finalmente, face ao impacto público conseguido, obrigando o governo a noticiar os acontecimentos na imprensa censurada e a aceitar um debate sobre os mesmos na chamada Assembleia Nacional, imposto por deputados da ala liberal.

Essa alteração foi possível porque o contexto político se tinha modificado substancialmente: morte do velho ditador, evidência cada vez maior da impossibilidade de uma vitória militar nas colónias, crescente condenação internacional, agudização das contradições internas, tanto no seio da ditadura, como no seio da própria Igreja.

3. Perante esta cronologia é oportuno fazer algumas reflexões. E há uma pergunta que logo salta: porquê tudo tão tarde? Porque se fez a ocupação da Capela do Rato quando já iam decorridos 12 anos de guerra colonial? A pergunta tem razão de ser, pois é fácil imaginar que, se acção semelhante tivesse ocorrido alguns anos mais cedo, outro poderia ter sido o curso dos acontecimentos. Face a esta pergunta, algumas pistas de resposta podem ser avançadas.

Em primeiro lugar – quem éramos nós? Donde vínhamos?

Como mero exemplo – que não se pretende generalizar, mas que considero significativo – o meu próprio caso:

- aos 15 anos: dos primeiros inscritos voluntários na Mocidade Portuguesa, logo graduado em alta patente; participante entusiasta num comboio automóvel de abastecimento para a zona franquista no início da guerra civil em Espanha, confraternizando com militares alemães e italianos em Sevilha;
- aos 30 anos: devoto católico, anti-comunista convicto, mas sem querer meter-me em política; preocupado (mas não ocupado) com os problemas sociais; como profissional, ausente das Exposições Gerais de Artes Plásticas, onde muitos colegas militavam na oposição à ditadura. Eu militava antes na conversão da Igreja à Arte Moderna...

Em segundo lugar: a tomada de consciência foi lenta, mas foi possível mercê de influências exteriores de dois tipos.

Por um lado, os acontecimentos políticos: na luta contra o salazarismo, a campanha de Humberto Delgado, embora a ditadura já contasse 32 anos. Na luta anti-colonial, a eclosão das lutas armadas desencadeadas pelos movimentos de libertação: só alguns anos depois é que sectores cristãos, a exemplo do que acontecia com a oposição democrática, começaram a denunciar com clareza o colonialismo; no entanto, ele era bem antigo...

Por outro lado, os contactos com o estrangeiro, onde não se entendia, mesmo em meios católicos, como aqui aceitávamos tão docilmente o salazarismo, e sobretudo a guerra colonial. Jovens padres, que regressavam de estudos lá fora, ou dirigentes da Acção Católica, que participavam em reuniões internacionais, ou ainda a leitura da imprensa católica estrangeira mais aberta aos valores evangélicos, muito contribuíram para essa lenta evolução. À minha conta, muito fiquei a dever à leitura do semanário *“Témoignage Chrétien”* que assinei durante uns dez anos, que cobriram todo o período da descolonização francesa e sobretudo da guerra da Argélia, que sectores católicos franceses denunciaram com coragem.

Em terceiro lugar: a constante vigilância montada pelo aparelho eclesiástico, desencorajando, reprimindo, depurando, censurando – numa acção que prolongava e desdobrava a PIDE e os outros órgãos de repressão do regime. Desde o exílio puro e simples para o estrangeiro de padres considerados incómodos, até à sua nomeação para lugares isolados da província e à suspensão de ordens, passando pela oferta de bolsas de estudo fora do país (*“pois eram inteligências que se estavam aqui a perder”*) - tudo isto e muito mais foi feito.

4. A ocupação da Capela do Rato foi uma acção de massas na linha da não-violência, assumindo a forma mais típica das lutas dos cristãos contra a opressão, e que no nosso tempo tem conhecido um grande desenvolvimento em muitos países. E aqui pergunta-se: porque não houve mais, e mais cedo, com idêntica projecção? As razões também serão várias; apontam-se algumas.

Primeiro, era necessário que se ultrapassasse a dimensão do pequeno grupo ultra-minoritário e disperso, à base de intelectuais e sem qualquer inserção institucional. Face a esta limitação, havia o receio da repressão que uma acção aberta provocaria, privilegiando-se então a luta clandestina no domínio da informação e da consciencialização – tarefa aliás indispensável para que a corrente engrossasse. Era no entanto infundado aquele receio, pois ignorava a situação de privilégio e que os católicos, enquanto tais, gozavam face à repressão, sobretudo os de diploma universitário ou ligados a famílias conhecidas da burguesia – como era o caso da maioria dos que se opunham ao regime.

Entretanto, à medida que o número aumentava, outra dificuldade aparecia: a generalidade dos que se iam radicalizando, ia do mesmo passo desdenhando das formas de luta não-violenta, propugnando (o que só poucos aliás praticaram) a luta armada, numa visão incorrecta porque exclusiva.

Finalmente, o processo de radicalização política fazia com que muitos se afastassem da Igreja (ou pelo menos de uma prática intensiva) - ou por decisão própria, ou porque a tal eram compelidos pelo aparelho eclesiástico – afrouxando assim os laços com a massa praticante.

Chegou-se assim a um paradoxo: os mais convictamente não-violentos tinham medo da repressão e por isso não arriscavam participar em acções abertas; os que estavam dispostos a arriscar (e muitos arriscaram mesmo) ou desdenhavam da não-violência ou já estavam demasiado desligados do meio católico para aí desenvolverem uma acção eficaz.

Na ocupação da Capela do Rato foi possível pela primeira vez superar estas contradições. E o seu êxito ficou a provar que os católicos só muito tardiamente foram capazes de utilizar uma forma de luta que o regime temia (e com razão) e a que foi poupado durante anos e anos.

5. A intensificação da luta anti-colonial por parte de alguns sectores católicos, de que é exemplo a ocupação da Capela do Rato, e que conheceu desenvolvimentos posteriores, foi o resultado de uma opção estratégica de que os acontecimentos se encarregaram de comprovar a justeza: a de que a derrota da guerra movida contra os movimentos de libertação pelo poder colonial-fascista acarretaria inevitavelmente a sua queda. Parecendo hoje óbvia esta opção, ela não o era na altura, havendo sectores que sustentavam que se tornava necessário primeiro derrubar o regime para depois acabar com a guerra colonial. Sem de modo algum diminuir o valor da luta directa contra o fascismo travada por diferentes sectores da oposição ao regime, parece correcto, à luz da História a que pertence já o caso da Capela do Rato, assinalar esta facto.

O LONGO CAMINHO ATÉ À CAPELA DO RATO

PEREIRA, Nuno Teotónio. “O longo caminho até à Capela do Rato”. Original dactilografado, 30 dez. 1992, 6 p. Não publicado.

A ocupação da capela do Rato não foi um acontecimento isolado: só foi possível porque se inseriu num processo de tomada de consciência cada vez mais alargado e que foi promovendo iniciativas e encontrando formas organizativas adaptadas às circunstâncias e às capacidades do movimento que entretanto se ia desenvolvendo e ramificando.

1. Este movimento teve alguns profetas:

- O padre Joaquim Alves Correia, autor da *“Largueza do reino de Deus”*, dos Missionários do Espírito Santo, exilado pelos seus superiores para os Estados Unidos na década de 40. Viveu aí na solidão e na pobreza, vindo a morrer no exílio.
- O padre Manuel Rocha, assistente da LOC, apóstolo do movimento operário, colaborador do jornal *“O Trabalhador”* - órgão da LOC silenciado pelo Governo anos depois sem nenhum protesto da Hierarquia. Também exilado para os Estados Unidos pelo cardeal Cerejeira no início da década de 50, foi pastorear uma paróquia de luso-americanos na cidade de Ludlow, no Massachusetts.
- O padre Abel Varzim, também assistente da LOC e companheiro de Manuel Rocha em Lovaina, onde tomaram ambos contacto com o movimento jocista, e antigo deputado à Assembleia Nacional indicado pela Igreja, como era habitual. Rapidamente se tornou numa pessoa suspeita para o regime, por ter promovido um aviso prévio que ficou célebre sobre a miséria imerecida dos operários. Ouvi uma vez meu Tio, Pedro Theotónio Pereira, que foi ministro de Salazar, tratá-lo de comunista. Director de *“O Trabalhador”* e depois pároco da Encarnação, em Lisboa, onde desenvolveu uma obra social notável, acabou por ser também ele desterrado pelo cardeal para a sua aldeia natal de Cristelo, perto de Barcelos, onde morreu.

Eram todos vozes incómodas para a ditadura, e por estes casos se vê que a repressão na Igreja não era exercida directamente pelo Estado, mas pelas autoridades eclesiásticas. E assim foi sendo.

Também pode ser apontado um pequeno movimento precursor – a Metanoia – impulsionado por João Sá da Costa e Fernando Ferreira da Costa, discípulos de António Sérgio que procurava, sob inspiração franciscana, viver o Evangelho. Editava uns pequenos cadernos.

Há também um profeta leigo, José Vieira da Luz, que na campanha eleitoral de 1945, a primeira em que foi admitida pelo Estado Novo uma temporária liberdade de Imprensa, declarava ao *“Diário de Lisboa”* que era católico e democrata – coisa nunca vista até então.

2. Pode dizer-se que o movimento teve início após a campanha eleitoral de Humberto Delgado em 1958, com uma carta datada de Maio às *“Novidades”*, órgão oficioso da Igreja, protestando contra a parcialidade do jornal face às eleições.

Logo em Julho sai a carta do bispo do Porto, António Ferreira Gomes, a Salazar, marcando as suas distâncias em relação ao regime e colocando questões de ordem política e social que deixaram o ditador furioso, a ponto de não o deixar regressar ao País, quando mais tarde se deslocou ao estrangeiro. Essa carta foi distribuída pelo bispo a alguns amigos, que logo a puseram a circular.

Em 1959 dois documentos redigidos por Francisco Lino Neto continuaram a série de abaixo-assinados. O primeiro, intitulado *“As relações entre o Estado e a Igreja e a liberdade dos católicos”*, foi assinado por 43 pessoas, onde se contavam seis padres: Abel Varzim, Adriano Botelho (desterrado depois pelo cardeal para a Patagónia, onde esteve dois anos e nomeado a seguir pároco de S. João de Brito), António Jorge Martins (anos mais tarde mandado estudar para Estrasburgo), César Teixeira da Fonte (exilado da Madeira por ter apoiado um movimento de protesto dos agricultores), João Perestrelo de Vasconcelos, pároco do arsenal do Alfeite, e José da Costa Pio.

O outro documento era uma carta enviada a Salazar sobre os serviços de repressão do regime, apelando à sua consciência de católico. Nela se relatavam com documentos casos de tortura e de assassinato de presos políticos. Era assinado por 45 pessoas, entre as quais os mesmos seis padres. Não teve qualquer resposta.

Cópias destes documentos foram entregues pessoalmente por uma delegação dos subscritores ao cardeal Cerejeira. Este, como era seu costume, dissertou sobre variados assuntos, contando histórias do seu relacionamento com Salazar e afirmando a independência da Igreja, mas evitou tocar no teor dos documentos. No final, advertiu os presentes de que “não deviam deitar mais achas para a fogueira” e deviam ter cuidado nos seus procedimentos, pois tinham famílias a seu cargo e carreiras a defender.

3. Nos anos seguintes, o movimento alarga-se e diversifica-se, com a chegada de novas gerações.

Os católicos estavam habituados a reunirem-se apenas entre si, nas actividades paroquiais, nos retiros espirituais, nas equipas de casais, nos cursos de cristandade e nos movimentos da Acção Católica. Até no campo artístico criaram um grupo próprio, de vanguarda, chamado Movimento de Renovação da Arte Religiosa.

Contrariando este hábito, são então lançadas pontes pelo Movimento para outros sectores da Sociedade:

- para o movimento operário e sindical, com João Gomes, Manuel Bidarra, Fernando Abreu e Manuel Lopes;
- para o movimento estudantil, com Vítor Wengorovius;
- para o movimento cooperativo, com Edmundo de Jesus Costa;
- para o meio cultural e intelectual, com António Alçada Baptista, João Benard da Costa, Nuno Bragança e Nuno Portas;
- para o meio universitário, com Luís Filipe Lindley Cintra e Francisco Pereira de Moura (mais tarde).

Também se estabeleceram laços com o movimento ecuménico, através do bispo D. Luís Pereira, da Igreja Lusitana, e o pastor Dimas de Almeida da Igreja Presbiteriana.

A leitura assídua de jornais e revistas estrangeiros, especialmente franceses, torna-se um alimento especialmente importante. “*Esprit*”, de Jean-Marie Domenach, “*La Lettre*”, “*Témoignage Chrétien*”, “*Informations Catholiques Internationales*” e mais tarde “*Cuadernos para el Diálogo*” e “*Concilium*”, fazem-nos respirar ao ritmo das correntes que animam a renovação da Igreja. A Livraria Moraes, de Alçada Baptista, edita livros de actualidade religiosa e torna-se um centro de encontro entre católicos e outros sectores da sociedade, animado pela revista “O Tempo e o Modo”, que desempenha um papel fulcral na vida cultural do país.

Sob a inspiração de João XXIII e em pleno Concílio Vaticano II, o início dos anos 60 é uma época plena de iniciativas.

Nasce em 1963 o “*Direito à Informação*”, caderno policopiado clandestino, em que trabalham, entre outros, Ana Vicente, Maria Vitória Vaz Patto, Conceição Neuparth e Maria Natália Teotónio Pereira.

Surge a cooperativa Pragma em 1964, no 1º aniversário da encíclica “*Pacem in Terris*”, constituída legalmente ao abrigo de um decreto da 1ª República, ainda não revogado pelo Estado Novo, em que se permitia a livre organização de cooperativas, as quais, ao contrário das restantes associações, não tinham de ter os seus órgãos sociais aprovados pelo Governo. A Pragma, dotada de sede própria na rua da Glória, interliga as várias componentes do Movimento e alarga as suas actividades ao exterior do mundo católico, promovendo sessões de divulgação e debate, exposições temáticas e actividades de formação, inclusivamente para jovens. É assaltada e

encerrada pela Pide em 1967. Nela militam, para além de activistas já conhecidos, Mário Murteira e Eduardo Veloso, bem como jovens, entre os quais se recordam Cesário Borga e Vítor Constâncio.

São entretanto realizados congressos da JUC e da JOC, alvo de restrições por parte do regime ou mesmo de distanciamento por parte das autoridades religiosas.

4. Com a revolta do 4 de Fevereiro de 1961 em Luanda é iniciada a Guerra Colonial, entretanto alargada em 1963 e 64 à Guiné e a Moçambique e que só terminaria após o 25 de Abril.

A prisão e o desterro para Portugal de nove padres angolanos patriotas, que ficaram com residência fixa em seminários e casas religiosas, pôs em contacto os meios católicos mais inquietos com testemunhos discretos mas eloquentes das injustiças do sistema colonial com as aspirações às independências dos povos ultramarinos.

Foi chocante o ostracismo a que estes Sacerdotes foram condenados pelas autoridades da Igreja e isto avivou em muitos a urgência da luta contra o regime. Recordam-se os seus nomes, publicados no *"Direito à Informação"*: Franklim da Costa, hoje arcebispo do Lubango; Alexandre Nascimento, hoje cardeal de Luanda; Vicente Rafael; Domingos; Manuel Joaquim das Neves, organizador da revolta do 4 de Fevereiro, e que morreu em Braga, sendo enterrado em segredo durante a noite; Alfredo Osório Gaspar; Martinho Samba; Lino Guimarães, que obteve mais tarde permissão para voltar a Angola, tendo sido assassinado no mato; Joaquim Pinto de Andrade, preso por várias vezes, exilado na ilha do Príncipe, novamente preso, julgado e condenado em Portugal, laureado há pouco com o Prémio Pax Christi Internacional.

5. O Movimento alargara-se entretanto a alguns pontos do País, especialmente à cidade do Porto, onde um núcleo cada vez mais numeroso e combativo colaborava nas diferentes actividades. Em 1965 é divulgado nesta cidade um documento assinado por 54 universitários católicos: "Quando os Direitos da Pessoa Humana estão em Jogo".

Alguns dominicanos, entre os quais Bento Domingues, apoiam algumas iniciativas e constituem um grupo que há-de estar sempre presente e activo até ao 25 de Abril.

Também em 1965, por ocasião das eleições para a Assembleia Nacional a que concorre a Oposição, é lançado o Manifesto dos 101, cobrindo todos os sectores sociais, no qual é contestada a política do Governo e são denunciadas as práticas da Polícia política e da Censura. Por ser de clara intervenção política, no número de subscritores não entram Sacerdotes.

Ainda em 1965, Paulo VI faz uma viagem à União Indiana, país que tinha ocupado Goa em 1961. Salazar impõe um total silêncio acerca desta visita à Imprensa e à própria Igreja, que cumpre docilmente a proibição. Uma equipa faz imprimir um jornal em Madrid, intitulado "Igreja Presente", que é passado clandestinamente na fronteira do Caia e depois distribuído à saída das missas do dia 8 de Dezembro, desde o Porto até ao Algarve. Eduardo Veloso, João Correia Rebelo, João José Malato e Manuel Tierno Bagulho são alguns dos elementos que participam na operação, para além de muitos outros.

Anteriormente um grupo ligado ao Movimento tinha-se deslocado a Madrid, onde participou num Encontro com católicos anti-franquistas realizado num convento da capital espanhola. Este encontro iniciou uma colaboração que perdurou até ao 25 de Abril.

Mais tarde, em 1967, é a vez de Paulo VI fazer uma viagem a Fátima, na qual pretendia restabelecer as boas relações com Portugal. Com grande mágoa nossa, refere-se num discurso ao "Portugal d'Aquém e d'Além Mar". É-lhe entregue, através de um secretário, um documento pondo em causa a cumplicidade entre a Igreja e o Estado em Portugal, subscrito por elementos responsáveis de vários movimentos, incluindo a Acção Católica. Como condição colocada por alguns dos signatários esse documento não é divulgado, nem sequer em círculos restritos. A única cópia existente foi apreendida em minha casa pela Pide numa das suas rusgas.

6. Em 1968 dá-se a contestação à guerra desencadeada pelo padre Felicidade Alves na paróquia de Belém, que leva ao seu afastamento. O ano é fértil em acontecimentos, como o Maio de 68 em França e o desaparecimento de Salazar da vida política. A guerra do Vietname, como antes na Argélia, faz explodir as contradições no mundo ocidental.

No último dia do ano, depois da missa pela paz celebrada pelo cardeal Cerejeira, um grupo numeroso decide permanecer na igreja de S. Domingos, em vigília de reflexão acerca da guerra. O cardeal, informado por uma delegação no próprio momento, mostra a sua contrariedade, mas não tem outro remédio senão conformar-se com a decisão do grupo; mas encarrega o pároco, padre Asseca, de controlar os acontecimentos, o que este não consegue, apesar de toda a obstrução feita. Sophia de Melo Breyner tinha composto um poema especialmente para a ocasião intitulado “*Vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar*”, e que foi musicado para ser cantado pela assembleia. Ao longo da noite foram dados testemunhos e fornecidas informações sobre a guerra nas colónias. O grupo sai da igreja às 6 da manhã, já sob os olhos da Pide que sabiamente, se absteve de intervir. Uma nota do Patriarcado condenava daí a dias a ocorrência. Perdeu-se ou foi apreendida uma gravação de toda a vigília.

Em 1 de Fevereiro de 1969 sai o primeiro número dos Cadernos GEDOC, que se publica até ao ano seguinte. Os seus responsáveis são detidos e julgados mais tarde (1973) em Tribunal Plenário, sendo absolvidos.

No final do ano realizam-se eleições para a Assembleia, as primeiras da era marcelista. A oposição concorreu com muito maior força e organização do que anteriormente, embora tenha sido vencida pela viciação dos cadernos eleitorais e da contagem dos votos, como era habitual.

Apesar de ser proibido tocar no problema colonial durante as sessões de propaganda e na Imprensa, alargava-se a tomada de consciência face às guerras de África, onde era patente a impossibilidade de uma solução militar favorável ao regime.

O Movimento alarga-se, ramifica-se e consolida-se. Na aldeia distante de Macieira da Lixa, o padre Mário de Oliveira inicia uma denúncia da guerra face aos princípios do Evangelho, numa acção extremamente corajosa que o há-de levar varias vezes à prisão e a julgamento.

7. Em 1970, em resultado do estreitamento [de relações] com as correntes da Oposição, é constituída a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, ao abrigo de uma disposição esquecida do Código Civil para situações de emergência ou calamidade nacional. Os cristãos formam o núcleo central da Comissão, assegurando a presença de socialistas, comunistas pró-soviéticos e maoístas, que se guerreavam na cena política. Dela fazem parte 48 pessoas de todas as correntes de opinião, entre as quais os padres Agostinho Jardim Gonçalves, José Augusto Pereira Neto, Abílio Tavares Cardoso, Bento Domingues, Bernardo Domingues, José da Felicidade Alves, Marcos Valentim Vilar e Martinho Franco de Carvalho, além do pastor Dimas de Almeida.

Nunca tendo sido reconhecida a sua legalidade, e sendo objecto de obstrução as suas actividades públicas, a Comissão pôde desenvolver um importante trabalho de solidariedade até ao 25 de Abril, publicando boletins periódicos que circulavam de mão-em-mão e concretizando acções de ajuda aos presos e suas famílias.

Organizavam-se entretanto, todos os 3ºs sábados de cada mês, celebrações e convívios numa casa religiosa junto ao Campo Pequeno, procurando alargar o número de participantes e trocar informações e testemunhos. As viagens de contacto alargavam-se a todo o País e estabelecem-se ligações com o estrangeiro, nomeadamente com o Angola Comité, sediado em Amsterdão, que era o centro de toda a actividade contra o colonialismo português. Paul Staal, delegado dessa organização, passa a vir com frequência a Portugal.

8. Obtido um espaço independente em casa de Luiza Sarsfield Cabral, na Lapa, para centro de operações clandestino, as possibilidades de actuação ampliam-se, ao mesmo tempo que se desenvolve a rede de contactos, internos e externos, para obter informações que a Censura não deixava passar.

São assim publicados os “Sete Cadernos sobre a Guerra Colonial”, contendo uma súmula de transcrições, informações e testemunhos e fornecendo uma visão de conjunto sobre o problema colonial. A guerra nas colónias tornara-se o problema fulcral de toda a sociedade portuguesa. Foram feitos centenas de exemplares, distribuídos selectivamente.

Em 1972 inicia-se a publicação do BAC - “*Boletim Anti-Colonial*”, que substitui o “*Direito à Informação*”. Os nove números, saídos nesse ano e no seguinte, foram impressos pelo padre Ismael Nabais Gonçalves na sua paróquia de Igreja Nova, perto de Mafra. A coordenação da redacção e da distribuição estava a cargo de Luís Moita.

Nesse mesmo ano são organizadas duas distribuições de panfletos contra a guerra. A primeira, durante as festas de S. João no Porto. A outra, realizada em 13 de Maio, por ocasião da grande peregrinação anual, em Fátima, é assegurada por uma equipa de dezenas de activistas,, entre eles alguns exteriores ao Movimento, como Francisco Louçã.

Entretanto aproxima-se mais um Dia Mundial da Paz. Desta vez Paulo VI não pode ser mais claro: “A paz é possível, a paz é obrigatória.” Durante o mês de Dezembro, enquanto se prepara a vigília na capela do Rato, três aldeias de Moçambique são arrasadas e queimadas com as populações pelo exército português.

Bibliografia

- “Direito à Informação” (policopiado) – N^{os} 1 (1963) a 18 (1969)
- “Cadernos GEDOC” (policopiado) – N^{os} 1 e 2 (1969)
- Idem (impresso) – N^{os} 3 a 10 (1969/70)
- Idem (policopiado) – N^o 11 (1970)
- “Católicos e política” - edição e apresentação do P. José da Felicidade Alves (s/data)
- “Presos políticos/documentos 1979/71” - edição da C.N.S.P.P., sob responsabilidade de Armando de Castro, Francisco Pereira de Moura e Luís Filipe Lindley Cintra (1972)
- Idem/documentos 1972/4 – Iniciativas Editoriais (1974)
- “Boletim Anti-Colonial” - 1 a 9, Afrontamento (1975)

CAPELA DO RATO: A REBELIÃO CATÓLICA

PEREIRA, Nuno Teotónio. “Capela do Rato: a rebelião católica”. *Público*, 31 dez. 1992.
 Republicado em *Tempos, Lugares, Pessoas*. S.l.: Contemporânea e Jornal Público, 1996, pp. 111-113

Os acontecimentos que há 20 anos se deram na capela do Rato, em Lisboa, pode dizer-se que constituíram um ponto marcante na atitude da comunidade católica face à guerra que desde 1961 estalara em Angola e que em 63 e 64 se estendera à Guiné e a Moçambique. Num mundo em que as guerras de libertação (Argélia, Vietname) provocavam conflitos regionais que pagavam o seu tributo à guerra fria entre as super potências, a Igreja Católica decidia comprometer-se nos esforços de paz, apelando aos crentes a que se reunissem no primeiro dia de cada ano com aquela intenção.

Passados estes 20 anos, podemos interrogar-nos por que razão em Portugal esta directiva do Papa não encontrava eco na Igreja oficial, tão pressurosa em seguir as indicações do Vaticano noutros domínios. De facto, contrapôr à guerra a via do diálogo e da negociação, como insistentemente tinham reclamado os movimentos de libertação, era trair a Pátria una e indivisível. Colocada nesta encruzilhada, a Igreja portuguesa fez a sua opção: mandou às urtigas os apelos de Roma e preferiu obedecer a César, colaborando anos e anos na campanha de desinformação e de silêncio que rodeava as guerras de África.

Esta atitude, contra a qual os católicos mais conscientes se iam rebelando, tinha a sua explicação. Dizer que a Igreja estava feita com o regime salazarista é pouco: na verdade, ela era parte integrante desse regime. Por isso se compreende a mágoa e a raiva do ditador em falar em defecções, quando alguns grupos de fiéis e o bispo do Porto procurara distanciar-se após a campanha eleitoral de Humberto Delgado.

Na realidade o Estado Novo integrou na sua constituição uma Igreja sequiosa de uma restauração, após as vicissitudes de 1910 e Afonso Costa. Mas a tragédia dessa Igreja é que após a geração do cardeal Cerejeira não soube desvincular-se do regime para poder viver a sua missão apostólica. Por isso falhou o concílio Vaticano II e reprimiu o dinamismo de movimentos cristãos que então despertaram na sociedade portuguesa. Foi assim possível ao deputado Casal Ribeiro, no debate da Assembleia Nacional a seguir aos acontecimentos da capela do Rato, declarar com inegável razão que não se tratava de católicos, mas apenas de “alguns católicos”.

As consequências desta demissão face às directivas da Igreja Universal no que tocava à situação de guerra concreta que era vivida no País não podem ser ajuizadas com rigor. Mas não se andará longe da verdade se se pensar que uma tomada de consciência séria sobre as origens e a natureza dessa guerra face aos apelos do Vaticano poderia ter mudado o curso dos acontecimentos.

Dispondo de um poder e de uma liberdade únicas no regime ditatorial, a Igreja poderia ter-se feito ouvir no sentido de que a via do diálogo substituísse a linguagem das armas, fazendo parar a tempo uma guerra que fez incontáveis vítimas. Aquilo que as Forças Armadas fizeram já tardiamente em 74 poderia a Igreja tê-lo feito muito antes, se fizesse seus os apelos que no dia primeiro de cada ano emanavam de Roma. Poderá até supôr-se que as dramáticas consequências de uma descolonização precipitada e os conflitos devastadores que têm assolado alguns dos territórios até hoje teriam sido porventura evitados. O que foi feito da “*missão profética da Igreja*” e da leitura dos “*sinais dos tempos*” em que João XXIII tanto insistia?

Foi neste contexto que a vigília na Igreja de S. Domingos em Lisboa no 1º de Janeiro de 1969 – quatro anos antes da capela do Rato – apelando a uma tomada de consciência face aos problemas da guerra em África, caiu em saco roto.

Nesta velada de S. Domingos, que se iniciou após a missa da meia noite celebrada pelo cardeal Cerejeira, ao qual foi na altura dado conhecimento das intenções dos organizadores, e que durou até às 6 da manhã, a Pide, embora informada, entendeu sabiamente não intervir, do que resultou um menos impacto do acontecimento. Mas foi publicada nos jornais uma nota do Patriarcado condenando a iniciativa, dizendo que a mesma trazia “*grave prejuízo à causa da Igreja e da verdadeira Paz*”.

No manifesto dos organizadores dizia-se que “todos nos deixámos instalar nesta guerra; que a admitimos como inevitável e imposta; que nos acobardamos sob a desculpa dos riscos que corre quem ousar pôr dúvidas à sua justiça e à sua legitimidade; que somos todos cúmplices de uma conspiração de silêncio à sua volta.”

E no entanto, a situação era tanto mais paradoxal quando se sabia que os católicos enquanto tais e acusados de delitos de opinião ou de manifestação não eram sujeitos a maus-tratos ou torturas na Pide, ao contrário da maior parte daqueles que se opunham ao regime. As sanções mais fortes ocorreram só no rescaldo da capela do Rato, quando onze funcionários públicos foram vítimas de demissão compulsiva. Isto mostra a grande margem de manobra que então existia para os católicos e conseqüentemente para a Igreja, para não falar na abundância de lugares de culto e de reunião e de publicações não sujeitas à censura, e que poderiam ter sido utilizados a favor da paz.

Passados vinte anos sobre os acontecimentos da capela do Rato, custa-nos a compreender por que motivo uma simples vigília organizada num local de culto teve tão ampla repercussão no país. Não seria natural que houvesse iniciativas do género em muitas igrejas portuguesas, ao cabo de onze anos de uma guerra que parecia eternizar-se e obedecendo a uma directiva muito concreta vinda do Papa?

Na verdade, alguns outros actos isolados se verificaram. Refira-se por exemplo, a distribuição de um manifesto em igrejas do Porto na vigília de 1 de Janeiro de 1969 e as atitudes desassombradas do padre Mário de Oliveira em Macieira da Lixa, que o levaram à prisão. E ainda as corajosas homilias do padre Felicidade Alves nos Jerónimos, e em Moçambique a acção do bispo de Nampula, Manuel Vieira Pinto, e dos Padres Brancos, de Burgos e do Macuti, denunciando os massacres feitos pelas tropas portuguesas.

As linhas que se deixam escritas procuram ser um contributo para a compreensão do caso, que foi, para muitos efeitos, uma pedrada no charco do silêncio cúmplice de uma Igreja que teimava na infidelidade à missão a que era chamada.

Os treze longos anos da guerra , até ao 25 de Abril, foram ainda assim demasiado curtos para que se operasse uma conversão.

VIGÍLIA DA CAPELA DO RATO

PEREIRA, Nuno Teotónio. "Vigília da Capela do Rato". ROSAS, Fernando; BRITO, José Maria Brandão de (dir.). *Dicionário da História do Estado Novo*, vol. II. Venda Nova: Bertrand Editores, 1996, pp. 1008-1010

Os acontecimentos que se desenrolaram na Capela do Rato nos últimos dias de 1971 [1972], enquadram-se num movimento crescente de contestação à guerra colonial que alastrava na sociedade portuguesa, sobretudo nos sectores mais politizados ou mais directamente afectados pela sua continuação, como era o caso da juventude. A vigília do Rato teve, aliás, como precursora a ocupação da Igreja de S. Domingos, em Lisboa, em 1 de Janeiro de 1969, também feita por um grupo de católicos, conhecidos então por "progressistas". A data de 1 de Janeiro de cada ano fora escolhida pelo papa Paulo VI como dia dedicado à Paz, na sequência da célebre encíclica de João XXIII *Pacem in Terris*. Naquela igreja, após a missa da meia-noite da passagem do ano, celebrada pelo cardeal Cerejeira, um grupo de fiéis comunicou-lhe, através de um texto que lhe foi lido, a sua decisão de permanecer no interior da igreja até ao dia seguinte, em clima de reflexão sobre a paz, na situação de guerra como era a de Portugal. Para esta vigília a poetisa Sophia de Mello Breyner tinha composto o poema que depois se celebrizou "*Vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar*". Ouviram-se muitos testemunhos de vários dos presentes, entre eles jovens que tinham combatido nas colónias, e sustentou-se um vivo debate com o pároco da igreja, que também permaneceu, com a intenção de impedir a vigília. Na manhã seguinte, os fiéis saíram da igreja já sob a vigilância da PIDE, que todavia, para não dar alarde ao caso, não efectuou prisões. Passados três anos sobre este acontecimento, na vigília da Capela do Rato, iniciada em finais de Dezembro de 1971 [1972], repercutiu-se o crescente mal-estar provocado pela continuação de uma guerra injusta e sem saída, que se verificava agora em meios muito mais alargados. A sua preparação foi mais organizada e previa-se um jejum de três dias, a observar pelos ocupantes, segundo uma declaração lida por Maria da Conceição Moita na tarde do dia 29. Ao mesmo tempo, decidia-se abrir as portas da capela a todos aqueles, crentes e não crentes, que desejassem debater o tema da guerra. A coordenação de toda a acção foi assegurada por Luís Moita, que pediu a colaboração das Brigadas Revolucionárias, organização clandestina chefiada por Carlos Antunes e Isabel do Carmo, com a missão de divulgar o acontecimento na região de Lisboa, o que foi feito através de panfletos. A escolha da Capela do Rato, situada na Calçada Bento da Rocha Cabral, para esta acção ficou a dever-se ao facto de se tratar de um local de culto dirigido pelo padre Alberto Neto, frequentado pelos meios mais inquietos da comunidade católica, e que se tornara conhecido pelas inovações litúrgicas e pelas preocupações de ordem social promovidas e proclamadas por aquele sacerdote. Para o dia 1 de Janeiro de 1972 [1973] a palavra de ordem de Paulo VI era imperativa: "*A paz é possível, a paz é obrigatória*". No decurso da sua mensagem, o Papa proclamava que era através do diálogo, e não da guerra, que se deviam procurar as soluções para os conflitos. Tal como em ocasiões anteriores, e perante a atitude da hierarquia católica portuguesa que silenciava as directivas de Roma nesta matéria, o grupo de católicos que promoveu a vigília assumia por inteiro aquela palavra de ordem e propôs-se tirar dela consequências práticas. Nos dias 30 e 31 de Dezembro as portas da capela estiveram abertas de par em par, sem prejuízo no entanto para os ofícios religiosos habituais os fins-de-semana. Centenas de pessoas improvisaram assembleias de discussão, testemunhando o seu ódio à guerra, dissertando sobre os inconvenientes morais e materiais que ela produzia e proclamando a necessidade urgente de lhe pôr cobro, sublinhando o seu carácter injusto. Afixados nas portas, diversos cartazes transcreviam números relativos aos mortos em combate, às populações das colónias dizimadas e aos estropiados de ambos os lados. Mas a repressão não tardou. Ao fim do dia 31, perto da hora do jantar, fez-se uma pausa nas discussões, enquanto cerca de cinquenta pessoas permaneciam na capela. Foi nesta altura que se começaram a ouvir ruídos de carros da polícia de choque, acompanhados do latido de cães-polícia, e fez-se o cerco ao local. Os polícias penetraram no templo e, arrastando à força algumas pessoas que resistiam, levaram todos os assistentes para a vizinha esquadra do Rato, onde foi feita uma primeira triagem. A maior parte foi levada para os calabouços do Governo Civil, onde se deu a passagem do ano. Na manhã do dia seguinte, dezasseis de entre eles foram entregues à PIDE, que os levou para o Forte de Caxias. Foram aí submetidos a interrogatório, mas não torturados e ao fim

de um máximo de quinze dias libertados sob caução. Estes processos não tiveram seguimento, talvez com o intuito de não empolar o caso. Entretanto, e devido à importância pública que os acontecimentos tinham provocado, a Censura não os pôde calar, reproduzindo os jornais uma nota oficiosa cheia de diatribes contra os manifestantes, acusando-os de subversão, traição à Pátria, etc. Alguns dias depois o caso foi mesmo levantado na AN [Assembleia Nacional], onde se assistiu a um acalorado combate verbal entre o deputado ultra Casal-Ribeiro e o da ala liberal Miller Guerra. Este deputado teve a coragem de dizer que não se tratava apenas de um pequeno grupo de agitadores, mas que os ocupantes da capela traduziam um mal-estar crescente e alargado acerca da guerra, e que eram tão fiéis da Igreja como outros. No entanto, a repressão não ficou por aqui: cerca de quinze pessoas que foram identificadas pela polícia e que eram funcionários públicos, entre os quais o professor de Economia Pereira de Moura, foram alvo de processos disciplinares conducentes ao seu despedimento. O cardeal-patriarca publicou um comunicado criticando a ocupação e demitiu de capelão o padre Alberto Neto, não obstante este não se encontrar presente durante os acontecimentos, por motivo de doença. Por uma trágica coincidência, nestes dias da ocupação da Capela do Rato. O Exército português em Moçambique massacrava as populações civis das aldeias de Wiriyamu e Chawola, uma operação militar que havia de custar caro à sua credibilidade internacional. Estes massacres foram conhecidos apenas alguns meses mais tarde, através de denúncias feitas por missionários. O caso da Capela do Rato, como ficou conhecido, não deixou de ser referência para acções posteriores de combate à guerra em África e teve projecção internacional, manifestando o descontentamento de parte da população portuguesa contra o seu prosseguimento. Tratou-se de uma acção que se inscreveu na actividade dos chamados “*católicos progressistas*” contra a guerra colonial, que se vinha desenvolvendo desde 1963 com a publicação do jornal clandestino «*Direito à Informação*» e continuada no final da década com os «*Cadernos GEDOC*», animados pelo padre Felicidade Alves, demitido de pároco de Belém. Por esta altura, o mesmo grupo, que se alargara a vários pontos do país, nomeadamente à cidade do Porto, onde também se desenvolviam acções de consciencialização face ao problema da guerra, criou em Lisboa um centro clandestino de informação e divulgação que deu origem, a seguir ao 25 de Abril, ao CIDAC, organização não governamental de cooperação com as antigas colónias. É de salientar neste contexto a acção do padre Mário de Oliveira, pároco de Macieira da Lixa, capelão militar que recusara a guerra, e que foi por duas vezes preso e julgado em Tribunal Plenário. Toda esta acção tinha em vista abrir uma brecha nas posições da hierarquia católica, que não ousava confrontar-se com o Governo, ignorando sistematicamente as directivas do Vaticano acerca dos problemas da paz e da guerra.

Bibliografia

_«Diário das Sessões», AN, Janeiro 1972 [1973]

CAPELA DO RATO, VIGÍLIA DA

PEREIRA, Nuno Teotónio. “Capela do Rato, Vigília da”. BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coord.). *Dicionário da História de Portugal*, vol. VII. Porto: Livraria Figueirinhas, 1999-2000, p. 230

A ocupação por um grupo de católicos da capela do Rato, situada na Calçada Bento da Rocha Cabral, a partir de 29 [30] de Dezembro de 1972, destinava-se a durar até ao dia 1 de Janeiro e pretendia responder à palavra de ordem do Papa Paulo VI para o Dia Mundial da Paz. Essa palavra de ordem era naquele ano imperativa: “A paz é possível, a paz é obrigatória”. Como vinha sendo habitual, os bispos portugueses ignoraram esta directiva da Santa Sé, por lhes trazer incómodos a que não queriam expor-se no contexto de ditadura em que se vivia. Ela foi porém assumida por um grupo de frequentadores habituais da capela do Rato, local de culto inovador nas práticas litúrgicas e aberto às preocupações de ordem social, dirigida pelo padre Alberto Neto. Esta iniciativa da capela do Rato veio na sequência de uma outra vigília organizada anos antes, em 1 de Janeiro de 1969, na igreja de S. Domingos, também para celebrar o Dia Mundial da Paz. Um grupo de católicos decidiu permanecer durante toda a noite na igreja, a seguir à missa celebrada pelo Cardeal Cerejeira, avisado da ocorrência, mas que não encontrou maneira de se lhe opor. Não houve nessa altura repressão policial. A ocupação da capela do Rato obedeceu a uma preparação minuciosa e que contou com a participação das «Brigadas Revolucionárias», que se encarregaram da distribuição de panfletos na região de Lisboa. Depois de dois dias [um dia] de acesos debates, pois as portas foram abertas a crentes e não crentes, a vigília foi interrompida pela intervenção da Polícia de choque ao fim do dia 31, que prendeu todos os presentes, os quais foram identificados na vizinha esquadra do Rato. De entre eles, 16 [14] foram entregues à PIDE, que os levou para o forte de Caxias e mais tarde libertados sob caução. Mais de uma dezena de participantes na vigília, que eram funcionários públicos, foram objecto de processos disciplinares e demitidos. Tanto o Governo como o Patriarcado fizeram publicar notas oficiais condenando os participantes na vigília e o Padre Alberto Neto foi destituído do seu cargo. O caso não pôde ser silenciado pela Censura e chegou mesmo à Assembleia Nacional, dando lugar a um aceso debate entre o deputado da União Nacional Casal Ribeiro, que acusava os ocupantes de traidores à Pátria, e o deputado pela ala liberal Miller Guerra, que justificava a sua atitude. O caso da capela do Rato teve assim ampla repercussão pública, tanto no País como no estrangeiro, traduzindo o mal-estar crescente perante o prosseguimento de uma guerra sem saída).

Bibliografia

O Caso da Capela do Rato no Supremo Tribunal Administrativo. Porto, Afrontamento, 1971. PEREIRA, Nuno Teotónio - *Tempos, Lugares, Pessoas*. Matosinhos: Contemporânea, 1996. PORTUGAL. Assembleia Nacional – *Diário das sessões*. Lisboa: Assembleia Nacional, 1973. Sessões de 15, 17 e 23 de Janeiro de 1973.